

COMUNICADO

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

O Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Sampaio, órgão representativo de toda a comunidade educativa, reunido no dia 22 de março de dois mil e vinte e três deliberou, por unanimidade, manifestar a sua solidariedade com a luta de todos os profissionais de educação (pessoal docente e não docente) que, pugnando pela Escola Pública, têm dado uma lição de cidadania a toda a comunidade escolar.

A Constituição da República Portuguesa declara que aprender é um direito universal, considerando o Ensino Público como uma função essencial do Estado, promovendo a valorização social e pessoal dos cidadãos. Porém, temos assistido a uma degradação do Ensino Público e a uma crescente desvalorização daqueles que aí trabalham: pessoal docente, pessoal não docente e técnicos especializados. Para tal, têm contribuído inúmeros fatores como a insuficiente resposta de apoios pedagógicos para os alunos, a falta de assistentes operacionais/técnicos, a falta de psicólogos e terapeutas a tempo inteiro nas escolas, os modelos de concurso e formas de recrutamento de professores, o sistema de avaliação destes, a degradação dos espaços físicos escolares e a exiguidade destes face ao crescente número de alunos que os procuram, problemas esses que obrigam a que os agrupamentos nem sempre consigam dar respostas educativas adequadas ao meio onde se inserem ou às reais necessidades dos alunos e suas famílias.

Hoje, as escolas públicas sobrevivem graças à dedicação de muitos dos seus profissionais. Professores com horário completo ou incompleto, que assumem cargos de gestão e desenvolvimento de projetos (que muitas vezes obrigam a trabalho "fora de horas"). Assistentes operacionais e assistentes técnicos que se dedicam para dar às nossas crianças a melhor qualidade escolar, tornando-se difícil manter a dedicação e a motivação face às ausências por baixas médicas, resultantes da acumulação de funções, desgaste físico e psicológico. A idade legal de aposentação, que leva os funcionários a trabalharem até perto dos 70 anos com vencimentos pouco atrativos. O sistema de avaliação (SIADAP), que prejudica a progressão na carreira pela existência de quotas. Bem como dos técnicos especializados que são indispensáveis para a resolução das mais diversas problemáticas colocadas à escola.

Acresce um evidente envelhecimento e desalento da classe docente - onde um preocupante e crescente número de profissionais abandona o ensino devido a aposentações, doenças ou outras opções profissionais - e se assiste a um desinteresse dos mais jovens pela profissão, deixando, ano após ano, os cursos de professores sem candidatos.

E tudo isso acaba por, direta ou indiretamente, se refletir na qualidade das aprendizagens nas escolas públicas, prejudicando o futuro das próximas gerações, tanto a curto como a médio prazo.

Acreditamos que a nossa escola pública, como espelho da sociedade, deverá ser um local aberto a todos os alunos, de diferentes origens e condições socioeconómicas e perfis de aprendizagem, devendo por isso conseguir garantir as condições para dar resposta às necessidades de cada um. Todos no Ensino Público sabemos que só uma escola de qualidade poderá servir de elevador social para muitas crianças e jovens.

Quem trabalha no Ensino Público sabe que há realidades que dificultam a concretização eficaz deste propósito. Basta referir-se a título de exemplo, o elevado número de alunos por turma, a indisciplina potenciada pela atual desvalorização do papel do professor na sociedade ou a excessiva burocratização do sistema de ensino que retiram tempo e energia aos professores.

Assim, face ao contexto atual, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Sampaio manifesta-se solidário com as reivindicações que os mais diversos profissionais da educação têm vindo a apresentar publicamente, sendo certo que só haverá futuro para um Ensino Público de qualidade com profissionais motivados e valorizados.

Sampaio, 22 de março de 2023

O Presidente do Conselho Geral



(Jorge Lopes)